

**IMPRESSÕES SOBRE O MEDIEVO ENTRE ESCRITORES DA ACADEMIA
BRASILEIRA DE LETRAS – ABL (1897-1919)**

Joachin de Melo Azevedo Neto*
Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Petrolina
joachin.azevedo@upe.br

A presente exposição tem como foco debater as ressonâncias do conceito de Idade Média ou de cultura literária medieval entre determinados intelectuais brasileiros que proferiram discursos nos domínios da Academia Brasileira de Letras – ABL entre 1897 até 1919. Vale salientar que a ideia de ressonância na qual embasa essa análise é uma contraposição ao conceito de influência literária. Na verdade, embora tenha sido uma palavra frequente entre estudos contemporâneos de crítica literária e história cultural, o termo influência ainda vela por uma determinada hierarquia entre o patrimônio cultural de uma dada sociedade irradiadora de valores e tendências estéticas e a realidade de grupos locais que recepcionam e elaboram inúmeras ressignificações em torno de matrizes simbólicas externas.

Falar em ressonância literária, portanto, é entender que a cultura impressa é capaz de gerar formas de energia cuja frequência oscila através de diferentes temporalidades e sociedades. Muitas vezes, essa energia literária que ecoa em outras culturas tem sua intensidade amplificada ou enfraquecida mediante circunstâncias históricas particulares. A influência literária pode ser estanque ou reforçar as ideias de civilizações avançadas e periféricas, já a ressonância reúne e propaga diferentes e simultâneas energias intelectuais; ela é perda e ganho; ressignificação e significação constante em se tratando das dinâmicas próprias que regem as articulações e dissimulações entre campo literário e sociedade (GREENBLATT, 1991).

Nesse diapasão, em “A renovação dos estudos medievalísticos”, Jobson Arruda e Manuel Tengarrinha salientam que, a partir de 1970, em Portugal, houve uma guinada historiográfica salutar, em se tratando da Idade Média, ao constatarem a realização e

* Professor Adjunto de História Contemporânea e Historiografia da Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Petrolina. Coordenador do Grupo de Estudos de História e Arte – GEHARTE e membro associado da Red de Estudios Biográficos de America Latina – REBAL e da Associação Nacional de História – ANPUH.

publicações de pesquisas sobre as mentalidades, cotidiano urbano/rural, ritos e relações sociais principalmente a partir do século XV. Sendo assim, o apelo dos autores é que os estudos sobre o medievo sejam ainda mais ampliados por meio de análises que comparem o “econômico e o social, institucional e político, cultural e mental” (ARRUDA & TENGARRINHA, 1999, p. 121). Apelo esse que espero fornecer alguma forma de contribuição ao enveredar pela chamada história do pensamento.

Dessa forma, dividirei a análise das fontes aqui coligidas de duas maneiras: na primeira, buscarei problematizar as referências que foram feitas por membros da ABL em torno da noção de medievo. Creio ser importante discutir as funções que referências a cultura impressa da Idade Média adquirem nessas falas. O drama evocado por Miguel de Cervantes (1547-1616), em *D. Quixote*, por exemplo, foi bastante evocado para ilustrar as tensões existentes entre os ideários virtuosos e a sanha humana pelo poder pelos acadêmicos brasileiros. Esse é apenas um dos exemplos que podem possibilitar a análise dos usos de referenciais culturais ligados ao medievo nas sessões da ABL. Assim sendo, cabe aqui tentar interpretar de modo mais detalhado essas ocorrências.

Em sessão solene na ABL, proferida em 14 de agosto de 1911, o médico e literato Afrânio Peixoto, durante a comemoração dos quatorze anos de existência da instituição, saudou a memória do engenheiro e jornalista Euclides da Cunha que havia falecido, em circunstâncias trágicas, em 1909. Narrou a trajetória biográfica do autor de *Os Sertões*, de modo que traçou um paralelo entre o ímpeto fervoroso da juventude e o profundo desencanto pela República, nutrido por Euclides, em face dos desfechos da guerra civil de Canudos. Quando abordou o panorama literário que remete ao lançamento da obra magna de Euclides, Peixoto destaca que o apreço do público leitor, naquele momento, era por “tudo cheirando a cera, incenso, almíscar, mofo, decomposição, porque os mitos, as lendas, os sortilégios, as catedrais, as flores místicas, os romances medievos se repetiam numa estafada lengalenga” (PEIXOTO. In: ABL, 2005, p. 533). Sendo assim,

Esses tempos de literatura – simbólica, fantástica, mitológica, evocativa, medieval, exótica, amoral e decadente... – quase não deram que ficasse: alguns livros subsistiram e raros nomes passaram a outra geração. Ficou principalmente o cansaço mútuo e o tédio maior do público que os aturava a se elogiarem ou a se descomporem... sem produzir nada.

Nesse momento, apareceu Euclides da Cunha. Escrevia de coisas do Brasil: mérito hoje pouco frequente em escritores... A nossa curiosidade espantou-se

desinteressada um momento das intrigas políticas e das modas francesas, reconhecendo que havia alguma coisa a mais na vasta curiosidade humana, que essas de seu pábulo habitual, e, sobretudo, vingou-se dos outros todos que a enfasiavam, glorificando o novo escritor. (Idem, p. 533)

Crítico principalmente do que compreendeu enquanto sobrevida dos romances de cavalaria e do simbolismo francês na moderna literatura nacional, Afrânio Peixoto evocou a obra e a esfinge de Euclides da Cunha como exemplos louváveis de determinado sentimento de brasilidade em franca oposição a imagem de “nossos artistas, na maior parte, amostras divagantes e imperfeitas de outros climas, outras civilizações” (Idem, p. 538). Vale salientar que Afrânio Peixoto foi um dos principais interlocutores das teorias raciológicas que vigoraram na Primeira República. Professor de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia, quando foi residir no Rio de Janeiro, em 1902, já era uma personalidade consagrada nos meios intelectuais da época. Admitido na Academia Nacional de Medicina, em 1903 e, em 1907, como primeiro diretor do Serviço Médico Legal, tornou-se um dos mais ferrenhos defensores das teses eugênicas de Galton e Lamarck. No campo das artes, branquira, beleza e civilização, de acordo com sua linha de pensamento – inspirada no classicismo grego – eram indissociáveis.

A ojeriza, portanto, de Peixoto em relação aos chamados romances de cavalaria tem forte ligação com o culto aos padrões estéticos da Grécia Antiga: tendência bastante difundida entre grande parte dos artistas, políticos e intelectuais brasileiros na virada do século XIX para o XX. O escritor, desse modo, por mais preocupado que estivesse em valorizar formas narrativas tipicamente nacionais, foi também largamente influenciado pelas ideias europeias que vigoraram em seu tempo.

Em sessão solene extraordinária na ABL, datada de 3 de dezembro de 1914, Antônio Austregésilo, coroava uma pioneira e bem sucedida trajetória enquanto psicanalista adentrando como imortal na instituição. Em um discurso de posse bastante enfático, salienta que, embora tenha se inspirado diretamente nos regimentos da Academia Francesa de Letras, a ABL necessitava cultivar identidade própria. Tal diretriz se alinha com a proposta do médico de valorização ufanista do Brasil e do

estabelecimento de uma via alternativa para a construção do conhecimento nomeada pelo mesmo de *americanismo intelectual*:

Estamos em dúvida ainda – pois somos um país novo – na condição de parasitos da inteligência e dos progressos da Europa, mas – e isto não se justifica por sermos um país novo – temos em geral a tendência para o mimetismo exagerado das coisas do Velho Mundo, com o correlativo desdém das nossas qualidades originais. (AUSTREGÉSILO, In: Idem, p. 690)

Um dos caminhos apontados pelo autor é que a *intelligentsia* brasileira buscasse “contrariar essa tendência nacional do menosprezo” (Idem, p. 691). Ao dar continuidade a sua explanação, o psiquiatra elegeu o político, jornalista, advogado e poeta Heráclito Graça objeto dos seus louvores literários e patrióticos. O responsável pela recepção de Antônio Austregésilo nos salões da ABL foi o advogado, poeta, romancista e jornalista Mário de Alencar. Na ocasião, em uma fala que conta com algumas expressões em latim, no intuito de demonstrar erudição, Alencar exaltou a Academia Francesa, na condição de – segundo visão – instituição comprometida com a “função moral da inteligência” (ALENCAR, In: Idem, p. 705) e estabeleceu uma pequena tensão com o discurso de seu colega imortal ao ressaltar que encarava como positivo o fato da ABL ter sido idealizada a partir da matriz francófona.

De acordo com as impressões de Alencar, ter a França como epicentro da cultura ocidental moderna era bem melhor do que, por exemplo, a Alemanha: outra grande potência internacional da época. Para o escritor, o país teuto ainda era depositário de uma tradição política beligerante com raízes fincadas em seu passado medieval:

O espírito alemão tipifica dois extremos: a liberdade mística, que é atividade do pensamento solitário do filósofo e do artista, e o jugo disciplinar à especialização do saber. São as duas formas de refúgio da inteligência superior no vasto acampamento de manobras, em que se exercita a aspiração nacional da guerra. A convivência dos homens de ideal com o público, a reciprocidade de influxos, é ali, suponho eu, cada vez mais difícil. Naquela ressurreição medieval a comunicação dos espíritos só subsiste no sentimento calculado do pan-germanismo comercial e belicoso. (Idem, p. 706)

O discurso de Mário Alencar pode ser lido enquanto evidência do quanto a ideia de determinismo racial e geográfico afetava não apenas a compreensão dos desdobramentos da história brasileira, mas também de outras nações. Método, portanto,

um tanto quanto desajeitado para se pensar a amplitude do passado francês e germânico, por meio de uma comparação bastante tendenciosa. Pode-se afirmar que os dois abusos da noção de Idade Média feitos pelos mencionados intelectuais brasileiros estão inseridos em um panorama mais geral da história do pensamento ocidental: a impressão de que cada sociedade, em face de suas conquistas espirituais e materiais atuais, está mais avançada do que seus antecessores.

O historiador francês Jacques Le Goff, em uma série de reflexões ensaísticas sobre as relações entre história e memória, sugere que a tensão entre passado e presente faz parte não apenas de uma determinada consciência ocidental, mas também da tradição historiográfica que, a partir do século XVI, irá estabelecer que antigo é sobretudo, tudo que remete as civilizações pagãs europeias. A rígida divisão entre antigo, medievo e moderno é um legado renascentista que, de acordo com o autor, serve bem mais para turvar as análises históricas do que fornecer explicações consistentes. Interessa destacar, para Le Goff, que houveram avanços tecnológicos, institucionais e intelectuais significativos durante toda a Idade Média. Na verdade, para esse autor, é preciso explorar melhor os debates que houveram em torno da abrangência das palavras *antigo* e *moderno* principalmente na cultura escrita produzida no medievo:

Dois textos de conhecidos autores da segunda metade do século XII, que põem a tônica no modernismo do seu tempo, um para deplorá-lo, outro para congratular-se com ele, sublinham a aspereza desta primeira polêmica entre antigos e modernos. Jean de Salisbury exclama: “Tudo se tornava novo, renovava-se a gramática, alterava-se a dialética, desprezava-se a retórica, promoviam-se novos caminhos para todo o *quadrivium*, pela libertação das regras dos antigos”. Mas há oposição entre *nova* (as 'novidades', subentendido perniciosas) e *priores* (os mestres E 'precedentes'). Gautier Map no *De nugis curialium* (entre 1180 e 1192) insiste numa “modernidade” que é o resultado de um progresso secular: “Chamo a nossa época a esta modernidade, isto é, este lapso de cem anos cuja última parte ainda existe, cuja memória recenté e manifesta recolhe tudo o que é notável... os cem anos que decorreram, eis a nossa modernidade”. Eis que surge o termo *modernitas*, que esperará pelo século XIX para aparecer nas línguas vulgares. (LE GOFF, 1990, p. 174-75)

As reflexões do autor apontam para a constatação de que havia correntes de pensamento no medievo, bem instituídas, que associavam o novo a decadência moral ou aderiam aos seus encantos. Le Goff destaca também que os intelectuais europeus do século XIX que abraçaram o modernismo, enquanto causa estética e filosófica, optaram

por diminuir o valor histórico da Idade Média por causa dos laços estreitos entre ortodoxia católica e poder ao longo desse período. Para Gobineau, um dos principais expoentes das teorias raciológicas modernas, “não é a corrupção dos costumes ou o castigo de Deus, mas a mistura de sangue” (Idem, p. 262) que determina a ruína de uma civilização. Os dogmas religiosos, nesse sentido, foram substituídos pela crença burocrática e míope em interpretações demasiadamente naturalistas da condição humana.

Então, como pensar a questão da identidade brasileira por meio de aparatos teóricos bastante distantes das particularidades nacionais? Os acadêmicos da ABL aqui citados servem de testemunhas do mal-estar gerado pela aceitação do determinismo raciológico e geográfico e a necessidade de criticar esses postulados caso também partilhassem do anseio de viver em uma sociedade progressista de acordo com os padrões eurocêntricos da época. A superficialidade com a qual a Idade Média é tratada acentua esses sintomas de crise intelectual.

Na sessão solene extraordinária de 14 de novembro de 1919, o folclorista, poeta e filólogo Amadeu Amaral realizou um discurso de posse no qual foram bastante exaltadas as convicções morais de Olavo Bilac. Amaral destacou, além da profunda admiração que nutriu pela imagem pública do parnasiano, sua atuação na imprensa paulista e carioca, por meio de prosa e verso, bem como o papel que desempenhou de “poderoso auxiliar de Passos na remodelação do Rio de Janeiro, tarefa que, com tenacidade e brilho iguais, aplaudiu, ajudou, prestigiou e defendeu, dia-a-dia, em artigos breves e eloquentes” (AMARAL, In: ABL, 2005, p. 1113). Basicamente, a homenagem prestada pelo acadêmico a Bilac, que estava a suceder, taxava o poeta enquanto protagonista de uma arte bela em amplo sentido.

Carlos Magalhães de Azeredo, advogado, poeta, romancista e diplomata – um dos mais proeminentes membros fundadores da ABL – foi o veterano designado para receber Amadeu Amaral nas dependências da instituição e deu continuidade aos louvores destinados ao patrono da cadeira do empossado. Após analisar o conteúdo temático de alguns versos de autoria de Amaral, o diplomata passou a proferir um relato, repleto de reminiscências pessoais, no qual a trajetória intelectual de Olavo Bilac é ovacionada. Desde seus autores favoritos até os chistes e jargões céticos utilizados nas

rodas de conversa de literatos, Bilac foi descrito no discurso de Azeredo também enquanto figura pública exemplar e dotado de uma visão política justa e coerente:

Ele viu um território imenso, feracíssimo, futuro arsenal e celeiro do mundo, mas escassamente povoado e inexplorado, em grande parte viu a civilização implantada quase exclusivamente no litoral, e para o interior núcleos esparsos de população, entregues à ignorância, à falta de higiene, à superstição grosseira, aos preconceitos e ódios hereditários de um feudalismo medieval, aos crimes e às represálias de uma verdadeira máfia siciliana; viu, em contraste com a primeira aristocracia intelectual da América Latina, a turba inumerável dos analfabetos representando uma proporção que nos envergonha ao termo de um século já de existência independente. (AZEREDO, In: Idem, p. 1163-64)

Interessa aqui perceber que esse exercício retórico elaborado por Magalhães Azeredo – ao elevar o Brasil litorâneo ao patamar de mundo civilizado e taxar os rincões interioranos do país de medievais, portanto atrasados – possui implicações históricas profundas. Em 1919, ainda era palpitante a euforia causada pela difusão global de mecanismos modernos tais quais os trens, a luz elétrica, os telégrafos, cinematógrafos e a rápida expansão populacional da então capital federal, o Rio de Janeiro. Esse otimismo míope em torno dos ditames da ordem, progresso e razão técnica caracterizou a nossa *Belle Époque* tropical. Muitos jornalistas, poetas e romancistas de distintas tendências saudaram a República como regime político sinônimo de progresso. A única via plausível para aniquilar os resquícios do Brasil monárquico. O historiador Nicolau Sevcenko, ao investigar os vínculos entre criação cultural e sociedade, no período, cunhou o conceito de intelectual mosqueteiro para melhor ilustrar o fervor militante em prol dos valores republicanos que se disseminou entre os acadêmicos.

A geração de 1870, fundadora da ABL, voltou-se para a cultura europeia e seus referenciais como única via de salvação política, moral e econômica para os impasses brasileiros. Ainda de acordo com o citado autor, “o engajamento se torna a condição ética do homem de letras” (SEVCENKO, 1993, p. 78-79). Então, é a partir dessa perspectiva que a atividade intelectual foi associada a militância pela Abolição, liberalismo e o republicanismo. Outra grande preocupação entra na ordem do dia para esses atores históricos: o espectro do analfabetismo. Como ser escritor em um país com

um contingente de cerca de 80% da população formado por iletrados? Daí o cerne da duvidosa comparação entre o litoral civilizado e os sertões bárbaros feita por Azeredo.

O conceito renascentista de *tenebrae*, que caracteriza um tempo excessivamente obscuro e repleto de ruínas, deita raízes na historiografia ocidental sobre o medievo e ecoa no pensamento de intelectuais brasileiros preocupados com as contradições enfrentadas por um país que estava se modernizando, politicamente e economicamente, mas ainda tinha de conviver com as heranças culturais de sua história colonial. Hilário Franco Júnior, na obra *A Idade Média: nascimento do Ocidente*, elaborou uma série de discussões temáticas sobre o período com o intuito de fornecer um manual introdutório ao universo da história medieval. Nesse sentido, o pensamento ilustrado do século XVIII, personificado pelos iluministas franceses, reforçou ainda mais os preconceitos renascentistas sobre a Idade Média devido as suas diretrizes ateístas e antiaristocratas. O romantismo do século XIX fez uma releitura do medievo, buscando inspirar-se em seus mitos, folclores e emblemas.

Em termos de safra literária romântica, por exemplo, temos o florescimento da literatura de Goethe, com sua galeria de atormentados personagens, transitando em um labirinto de referências medievais e modernas e a música de Wagner, ao explorar os aspectos trágicos e épicos da mitologia germânica. No entanto,

Essa Idade Média dos escritores e músicos românticos era tão preconceituosa quanto a dos renascentistas e dos iluministas. Para estes dois, ela teria sido uma época negra, a ser relegada da memória histórica. Para aqueles, um período esplêndido, um dos grandes momentos da trajetória humana, algo a ser imitado, prolongado. Tal atração fez o Romantismo restaurar inúmeros monumentos medievais e construir palácios e igrejas neogóticas, mas inventando detalhes, modificando concepções, criando a sua Idade Média. (FRANCO JR, 2001, p. 11)

Ao que tudo indica, os acadêmicos brasileiros foram depositários destas tradições intelectuais que estão situadas entre extremos. Entre o ceticismo iluminista e a apologética romântica do medievo. Posturas que pouco contribuem para uma compreensão mais profunda do período histórico mencionado. A transposição da ideia de feudos para explicar o poder político dos grandes latifundiários ou de idade das trevas para denunciar os altos índices de analfabetismo nacional, na Primeira República, apontam muito mais para formas de capitalismo periférico e inserção compulsória do

país no processo de modernização global, que já era bem consistente naquele momento, do que para uma suposta Idade Média.

Busquei realizar uma discussão acerca da concepção de medievo, enquanto sistema de referências temporais, entre alguns imortais da ABL no período aqui estudado. As expressões usadas nos textos dos produtores culturais até agora citados para exercer uma crítica histórica nacional apontam para uma apropriação bastante episódica da noção de Idade Média. Porém, pela relativa frequência com a qual essas menções foram feitas, percebe-se que o referente simbólico da Europa medieval enquanto período desprezível da memória ocidental foi adotado devido a uma função poética que aparenta ter sido bastante eficaz aos laureados cerimoniais da ABL.

REFERÊNCIAS:

ACADEMIA Brasileira de Letras – ABL. *Discursos acadêmicos: 1897-1919*. Tomo I. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 2005.

ARRUDA, José Jobson & TENGARRINHA, José Manuel. A renovação dos estudos medievalísticos. In: *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999 (p. 115-122).

FRANCO JR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. In: *Estudos históricos*, vol. 04, n. 08, Rio de Janeiro, 1991, p. 244-261.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

LE GOFF, Jacques. Antigo/moderno. In: *História & Memória*. Trad. Bernardo Leitão {et. al.}. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990 (p. 149-178).

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019